

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15

### **Capítulo I — O Direito de Greve**

1. A greve no mundo .....	19
2. A greve na lei brasileira .....	21
2.1. Até 1988 .....	21
2.2. Após 1988 .....	24
2.3. As greves no ABC paulista na década de 70 como novo marco histórico .....	24
2.3.1. Reflexos do golpe militar de 1964 na organização dos trabalhadores .....	24
2.3.2. As greves de 1978 .....	25
2.3.3. As greves de 1979 .....	27
2.3.4. As greves de 1980 .....	30
2.3.5. A condenação de Lula e de outros dirigentes sindicais em razão da greve de 1980 .....	34
3. A greve na Constituição Federal de 1988 .....	37
4. Conceito de greve .....	39
4.1. Formas de greve .....	40
5. Interesses tutelados pela greve e oportunidade para o seu exercício .....	41
6. Greve política e de solidariedade .....	43
7. Greve no serviço público .....	45
7.1. Decisão do STF no Mandado de Injunção n. 712-8 sobre o direito de greve no serviço público .....	49
7.1.1. Considerações sobre o mandado de injunção .....	49
7.1.2. Legitimidade ativa dos sindicatos para impetrar mandado de injunção .....	54
7.1.3. Eficácia do direito fundamental de greve dos servidores públicos .....	54
7.1.4. Peculiaridades e continuidade do serviço público .....	55
7.1.5. Finalidade do mandado de injunção .....	55

7.1.6. Alcance da normatização emitida no Mandado de Injunção n. 712-8 .....	56
7.1.7. O conteúdo da normatização emitida pelo STF no Mandado de Injunção n. 712-8 .....	57
7.1.8. Comentários à normatização da greve no serviço público .....	59
7.1.8.1. A negociação coletiva e a arbitragem como formas de solução dos conflitos coletivos de trabalho envolvendo a Administração Pública .....	59
7.1.8.2. Comunicação prévia da greve .....	60
7.1.8.3. Deliberação da greve e representação dos servidores .....	61
7.1.8.4. Direitos e deveres dos servidores públicos em greve .....	61
7.1.8.5. Suspensão dos efeitos do contrato de trabalho durante a greve .....	61
7.1.8.6. Competência da Justiça do Trabalho para solucionar os conflitos de greve no serviço público .....	62
7.1.8.7. Abuso do direito de greve e punições aos servidores públicos .....	64
7.1.8.8. Contratação de serviços públicos durante a greve .....	64
7.2. Greve de policiais militares .....	65
8. Greve nos serviços e atividades essenciais .....	66
9. Trabalhadores excluídos do direito de greve .....	69
10. Limites ao direito de greve .....	71
11. Proteção contra atos anti-sindicais por motivo de greve .....	73
12. A posição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o direito de greve .....	75
13. Requisitos para o exercício regular do direito de greve .....	78
13.1. Convocação e realização de assembléia geral da categoria .....	79
13.2. Cumprimento de <i>quorum</i> mínimo .....	79
13.3. Do exaurimento da negociação coletiva .....	80
13.4. Da comunicação prévia .....	80
13.5. Manutenção de maquinário e de equipamentos em funcionamento .....	81
13.6. Atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade ..	82
13.7. Comportamento pacífico na greve .....	84
13.8. Liberdade de trabalho .....	84
13.9. Paralisação após a solução do conflito .....	85

14. Direitos e deveres dos grevistas .....	85
14.1. Meios pacíficos de persuasão dos trabalhadores .....	86
14.2. Arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento ..	86
14.3. Piquetes e outros meios de persuasão .....	87
14.4. Constrangimentos e meios frustrantes da greve .....	87
14.5. Acesso ao trabalho e dano à propriedade ou pessoa .....	88
14.6. Determinação de retorno ao trabalho .....	89
15. Efeitos da greve nos contratos individuais de trabalho .....	89
15.1. Suspensão contratual e dispensa de trabalhadores durante a greve .....	89
15.2. Contratação de trabalhadores para substituírem os grevistas	91
15.3. Pagamento dos salários e demais direitos durante a greve ..	92
16. Abuso do direito de greve .....	93
17. Responsabilidades decorrentes do exercício irregular do direito de greve .....	95
17.1. Responsabilidades trabalhistas .....	96
17.2. Responsabilidade civil .....	97
17.2.1. Formas de reparação .....	99
17.3. Responsabilidade penal .....	100
18. Greve na vigência de instrumento normativo .....	100
19. Greve ambiental .....	101
19.1. Conceito de greve ambiental .....	102
19.2. Finalidade da greve ambiental .....	103
19.3. Pressupostos para o exercício da greve ambiental .....	105
19.4. Casuística sobre a greve ambiental .....	108
20. <i>Lockout</i> e conseqüências nos contratos de trabalho .....	111

## **Capítulo II — Ações Judiciais Sobre o Direito de Greve**

1. Dissídio Coletivo de greve .....	113
1.1. Legitimidade ativa para a ação .....	114
1.1.1. Dos sindicatos .....	115
1.1.2. Das comissões de trabalhadores .....	117
1.1.3. Das federações e confederações sindicais .....	117
1.1.4. Das centrais sindicais .....	117
1.1.5. Das associações civis e profissionais .....	118
1.1.6. Das empresas individualmente .....	119
1.1.7. Dos Presidentes de Tribunais .....	119
1.1.8. Do Ministério Público do Trabalho .....	120
1.2. Competência para conciliação e instrução .....	121

1.3.	Competência para julgamento .....	122
1.3.1.	Da greve no serviço público .....	123
1.3.1.1.	Conteúdo da decisão judicial nas greves no serviço público .....	127
1.4.	Ordens judiciais de urgência .....	130
1.4.1.	Multas/cominações nas ordens de urgência .....	132
1.5.	Defesa no Dissídio Coletivo de greve .....	134
1.5.1.	Contraditório .....	135
1.5.2.	Exceções .....	135
1.5.3.	Oposição .....	136
1.5.4.	Reconvenção .....	137
1.6.	Revelia e confissão .....	139
1.7.	Greve abusiva e apreciação das reivindicações .....	140
1.8.	Ajuizamento do Dissídio Coletivo <i>de comum acordo</i> .....	141
1.8.1.	Dissídio Coletivo de natureza econômica .....	141
1.8.1.1.	O <i>de comum acordo</i> : pressuposto processual ou mais uma condição da ação? .....	144
1.8.1.2.	Formas de ajuizamento de Dissídio Coletivo <i>de comum acordo</i> .....	146
1.8.1.3.	Recusa de uma das partes ao ajuizamento do Dissídio Coletivo econômico .....	148
1.8.2.	Dissídio Coletivo de greve .....	149
1.8.3.	Dissídio Coletivo Jurídico e de manutenção de cláusulas anteriores .....	152
1.9.	Natureza jurídica da sentença .....	154
1.10.	Efeito <i>erga omnes</i> da sentença .....	154
1.11.	Efeito suspensivo da sentença .....	155
1.12.	Decisões <i>extra, ultra e citra petita</i> nas sentenças normativas .	157
2.	Outras ações judiciais sobre o exercício do direito de greve .....	158
2.1.	Para assegurar o cumprimento das atividades inadiáveis da comunidade .....	159
2.2.	Para desocupação de estabelecimentos .....	163
2.3.	Para assegurar o direito de greve .....	166
2.4.	De reparação dos prejuízos anormais decorrentes da greve .	168

### **Capítulo III — Atuação do Ministério Público do Trabalho nas Greves**

1.	O novo papel institucional do Ministério Público nas relações de tra- balho .....	170
1.1.	Como órgão interveniente .....	173

1.2. Como órgão agente .....	174
1.2.1. Atuação extrajudicial .....	174
1.2.1.1. O MPT investigando .....	174
1.2.1.2. O MPT como mediador/conciliador .....	175
1.2.1.3. O MPT como árbitro .....	176
1.2.1.3.1. Formas de arbitragem .....	177
1.2.2. Atuação judicial .....	178
1.2.2.1. O ajuizamento do Dissídio Coletivo de greve pelo MPT está restrito às atividades essenciais? .....	179
1.2.2.2. Somente o MPT poderá ajuizar Dissídio Coletivo de greve em atividades essenciais? ....	179
1.2.2.3. Quais os pedidos que poderá fazer o MPT nos Dissídios Coletivos de greve? .....	182
1.2.2.4. Somente por meio de Dissídio Coletivo poderá o MPT atuar judicialmente em caso de greve? .....	183
1.2.2.5. Competência funcional para julgamento das ações decorrentes da greve .....	184
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	185
<b>ANEXOS</b> .....	189
<b>OBRAS DO AUTOR</b> .....	223